

Pouca mudança pode ser cultural

Renovação de mandatos não ocorre apenas nos legislativos de Alagoas, mas em quase toda a política brasileira

CARLOS VICTOR COSTA
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) é mais um poder constituído com algumas poucas mudanças quando o tratao é a renovação nos mandatos.

Há seis mandatos consecutivos na ALE, o deputado Antonio Albuquerque (PTB) fez uma análise das modificações que ocorreram nos poderes constituídos nesses últimos 10 anos.

“É fato que nos últimos 10 anos sofreram várias modificações, não apenas por mudanças na legislação, que são naturais com aprovação de novas leis, que permitiram ampliar ou reduzir as prerrogativas desses três poderes e dos dois órgãos de controle externo que são os Tribunais de Contas e os Ministérios Públicos. É evidente que em função dessas modificações, podemos observar várias mudanças para melhor e algumas que eu pessoalmente na análise que faço a luz do que eu vejo acontecer no Brasil e no mundo também teve alguns prejuízos”.

O parlamentar citou o caso do estatuto do desarmamento, o qual ele é contra. “Muitas vezes nós imaginamos que, por exemplo, se nós há 10 anos, veja, como fora ovacionado quase que pela totalidade da população o estatuto do desarmamento. E agora se fizermos uma pesquisa de opinião publica no Brasil nós vamos ver que 90% da população



Antonio Albuquerque está há seis mandatos e avalia mudanças no Legislativo

desaprova, porque? Porque a população sabe que o desarmamento cantado em verso e prosa àquela época como alguma coisa em favor da população produziu um grande mal, aumentou a violência, aumentou a criminalidade, desarmou o cidadão e potencializou a ca-

pacidade do meliante”.

ANÁLISE

A cientista política Luciana Santana analisou que não houve muitas mudanças no Legislativo de Alagoas, mas que isso não é um comportamento típico de do estado.

“Muitas outras Assem-

bleias e Câmaras municipais têm esse tipo de comportamento. Os políticos visam a manutenção no poder e aí pouco importa qual é o cargo. Então existe o caso do trampolim, onde políticos saem do cargo menores para outros de esferas maiores ou tentam o Executivo que no

ponto de vista de recursos é mais atrativo. Isso depende muito da ambição. Também há a situação de quando um parente assume o espaço deixado anteriormente”, afirma.

Para ela, a última década é de permanência familiar em espaços eletivos,

essa característica tem mais força no interior.

“Nesses últimos 10 anos, o que eu observei foi que não mudou muito. Tem essa permanência de nomes, de famílias nesses postos legislativos e que tem muito a ver com as próprias características da cultura política”.



Luciana Santana ressalta que as poucas mudanças não são privilégios de Alagoas